

Macroestrutura funcional: uma ferramenta para a interoperabilidade

Direcção-Geral de Arquivos

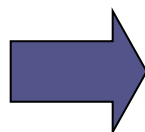
2011

Sumário

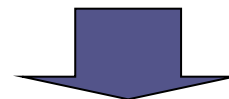
1. Contexto: respostas para uma nova administração pública
2. A MEF: antecedentes, princípios orientadores e estrutura
3. A construção da MEF
4. Perspectivas de utilização e desenvolvimento

1. Contexto : respostas para uma nova administração pública

Modernização
Simplificação
Transparência



Trabalho colaborativo
Projectos transversais
Partilha de recursos

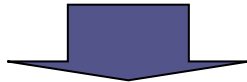


Partilha de informação
Facilitação do acesso à informação
Integração de sistemas de informação

1. Contexto : respostas para uma nova administração pública

Nenhum organismo trabalha exclusivamente para si ou para o seu ministério

Muitos processos são interorganizacionais e transversais



É fundamental que os documentos possam ser trocados e compreendidos na sua estrutura e significado



Interoperabilidade entre plataformas

Interoperabilidade de significados

Lançamento do Programa ‘Governo electrónico e interoperabilidade’:

- **Projecto MIP:** Metainformação para a interoperabilidade (2006-2007).
- **Projecto MEF:** Macroestrutura funcional para a Administração Central do Estado (2007-2011).

1. Contexto : respostas para uma nova administração pública

O que é a Macroestrutura funcional (MEF)?

A MEF é uma estrutura semântica originalmente concebida para a **classificação** dos documentos produzidos pelos serviços e organismos da Administração Central do Estado (ACE).

1. Contexto : respostas para uma nova administração pública

Objectivos da MEF:

- Garantir a **interoperabilidade semântica nas trocas documentais** entre os serviços, respondendo à necessidade de uma linguagem comum para representação da informação.
- Disponibilizar um **modelo de classificação** (sintaxe e significado) passível de ser compreendido da mesma forma pelas distintas entidades envolvidas.
- Potenciar uma **maior eficácia** na gestão e um **acesso facilitado** à informação através da utilização de uma estrutura única para classificar e organizar a documentação.
- Contribuir para a **transparência** e **accountability** na Administração.

2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

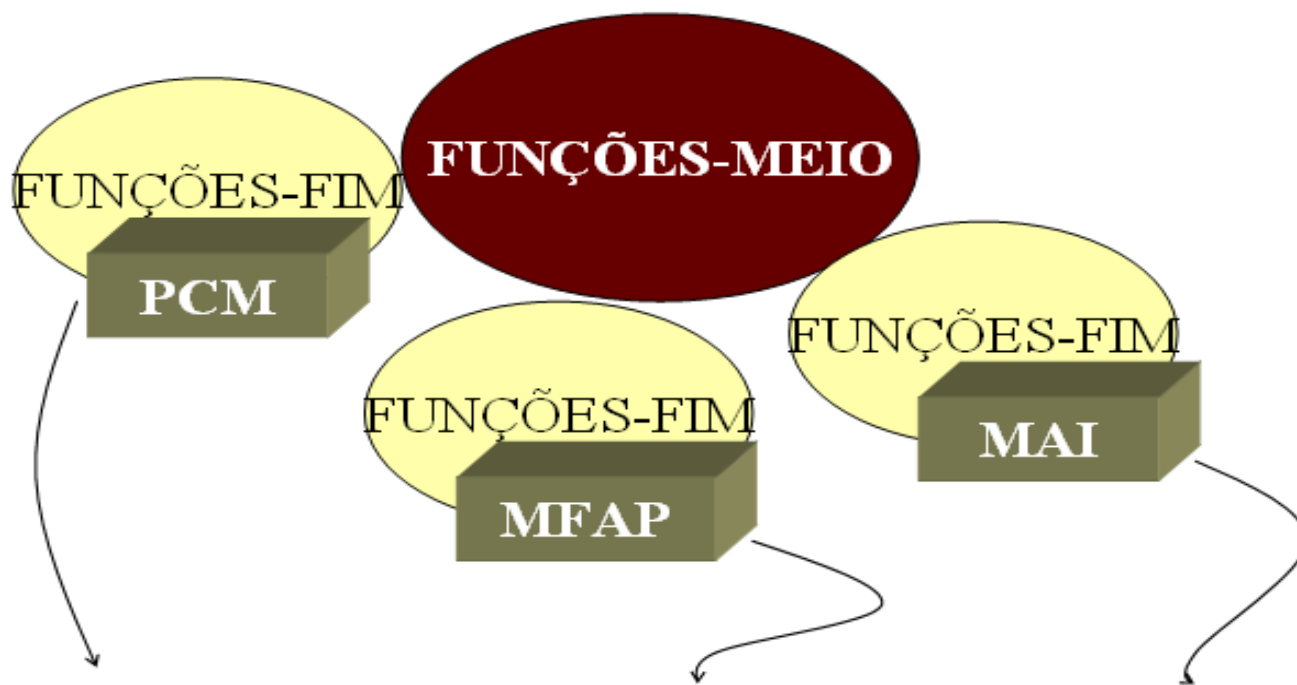
ANTECEDENTE DIRECTO  MACROESTRUTURA TEMÁTICA

Projecto liderado pela Presidência do Conselho de Ministros que teve em vista apoiar a estruturação da Rede Informática do Governo.

Desenvolvido a partir de um ponto de vista organizacional, e com base na diferenciação entre 'funções meio' e 'funções fim' de cada organismo ou serviço

2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

1ª FASE: MET (Macro Estrutura Temática)



Cada entidade procede ao desenvolvimento das suas funções-fim numa perspectiva temática

2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

1ª Fase constatações

1. As funções-meio observadas nalguns organismos, são funções-fim de outros.
2. As áreas de intervenção específica de cada ministério frequentemente concretizam-se em processos transversais que extravasam os limites orgânicos de um ministério.

Necessário assumir interoperabilidade como valor maior do projecto

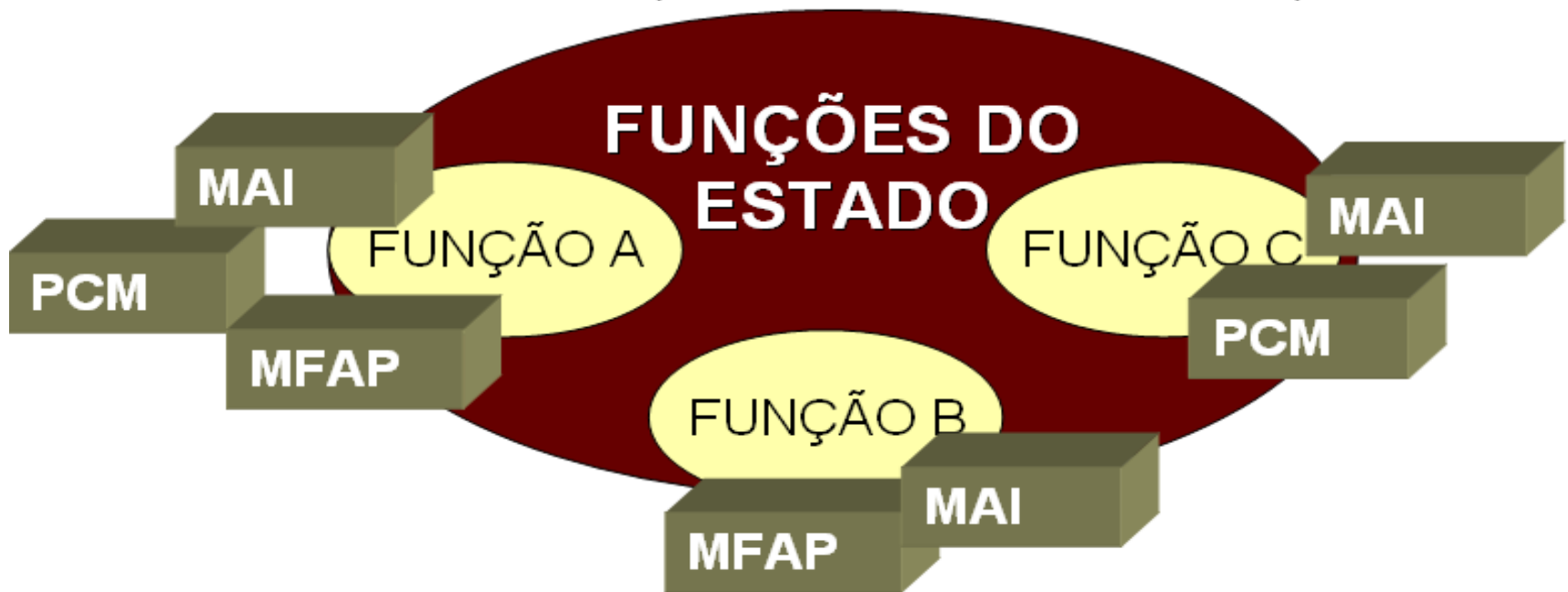
Imprescindível uma abordagem transversal

2ª Fase resoluções

1. Abandono de modelo baseado na diferenciação entre 'funções-meio' e funções-fim.
2. Focalização nas funções de um ponto de vista macro, **supraministerial**.

2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

2ª FASE: MEF (Macro Estrutura Funcional)



Abordagem transversal, supra ministerial, funcional

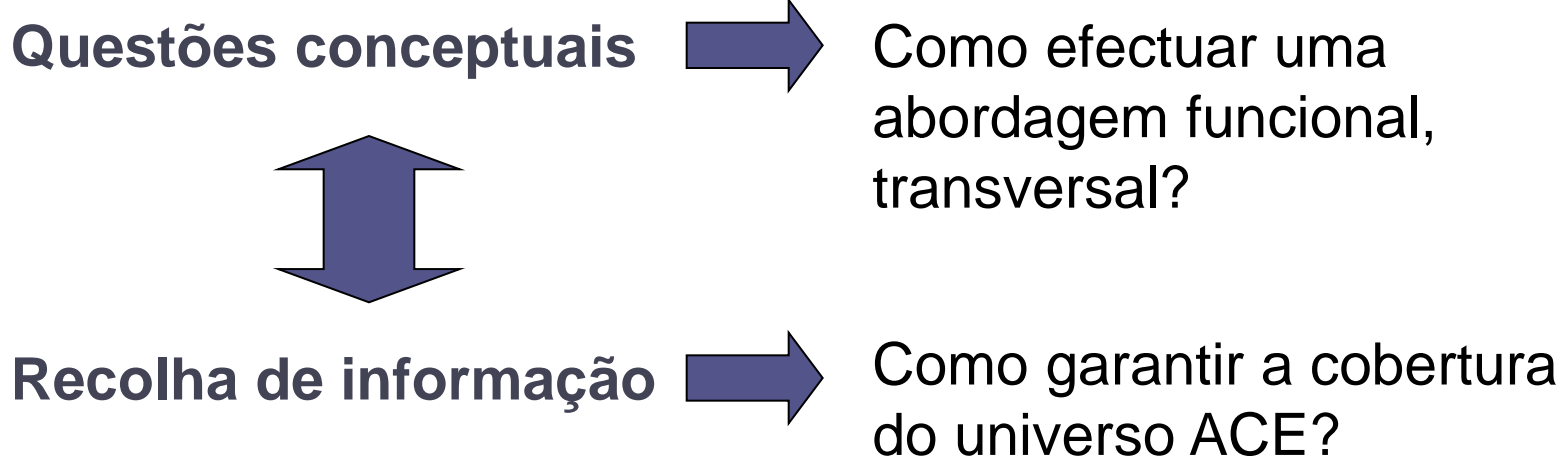
2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

2ª Fase: Formalização do projecto MEF

- Produção do documento “*Governo eletrónico e interoperabilidade: documento metodológico para a elaboração de um esquema de metainformação para a interoperabilidade (MIP) e uma Macroestrutura Funcional (MEF)*”.
- Criação de uma estrutura de gestão: Comissão Executiva e Conselho de Aderentes
- Adesões formalizadas ao projeto “Governo eletrónico e interoperabilidade” com adoção do MIP (metainformação para a interoperabilidade):
 - Entidades subscritoras do Projeto “PCM: plataforma comum de modernização” -MFAP, PCM, MAI, MAOT, 2008
 - Outras entidades – MADRP, ME, FCT, em 2009

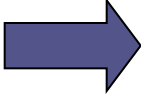
2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

2ª Fase: Principais constrangimentos



2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

2ª Fase: Principais constrangimentos

Questões conceptuais  Como efectuar uma abordagem funcional, transversal?

O que é uma função?

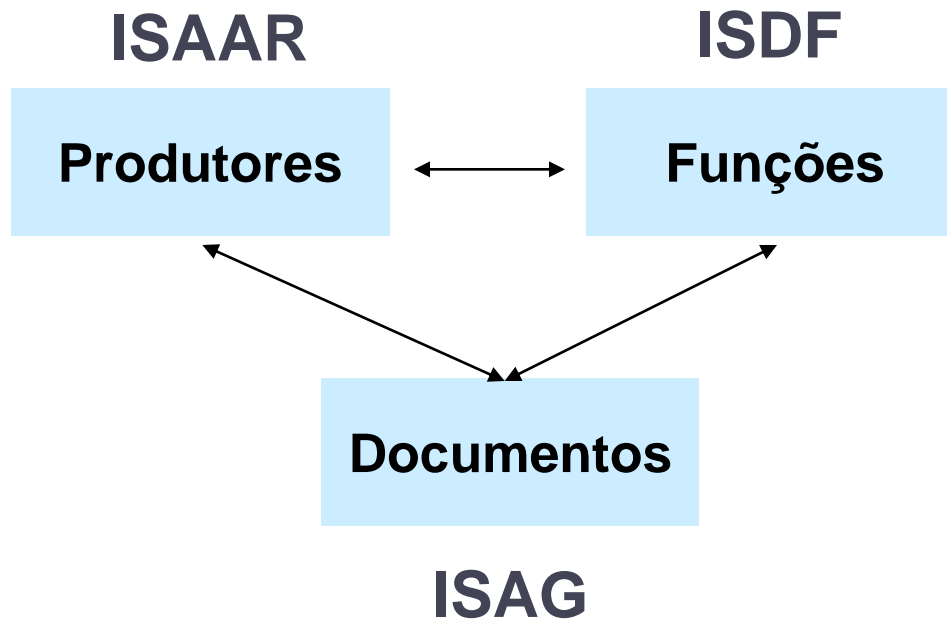
Que relação existe entre uma função e as instâncias a criar numa macroestrutura funcional e transversal?

Que metodologia adoptar para criar a macroestrutura?

Que elementos informativos é necessário associar à macroestrutura tendo em vista a utilização que se lhe pretende imputar?

2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

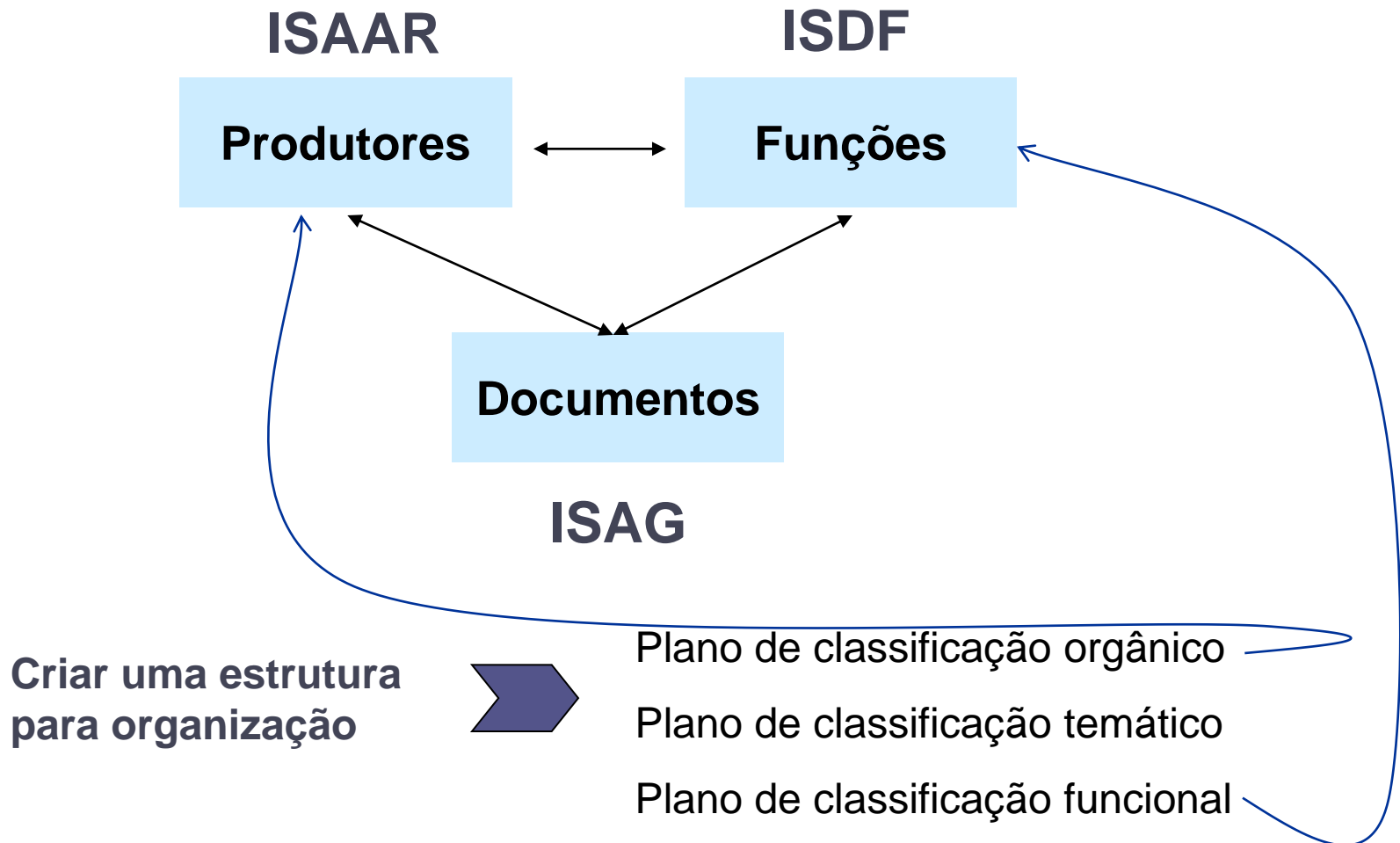
2ª Fase: Principais constrangimentos – Questões conceptuais



Normas de descrição – representar entidades

2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

2ª Fase: Principais constrangimentos – Questões conceptuais



2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

2ª Fase: Principais constrangimentos – questões conceptuais

Como efectuar uma abordagem funcional, transversal?

- **Produção do documento “Macroestrutura Funcional (MEF): Pressupostos básicos”**

Representar conceitos que apontam a funções

- Evidenciar a acção e não o objecto
- Secundarizar a missão
- Agregar perspectivas das partes
- Evitar redundâncias

- **Definição do modelo conceptual para a estruturação das funções:**

Funções de suporte: Funções de Apoio à Governação e

Funções de suporte à gestão de recursos

Missões operacionais: Funções Normativa, Reguladora e Fiscalizadora e

Funções Produtiva e Prestadora de Serviço.

- **Definição dos atributos das instâncias**

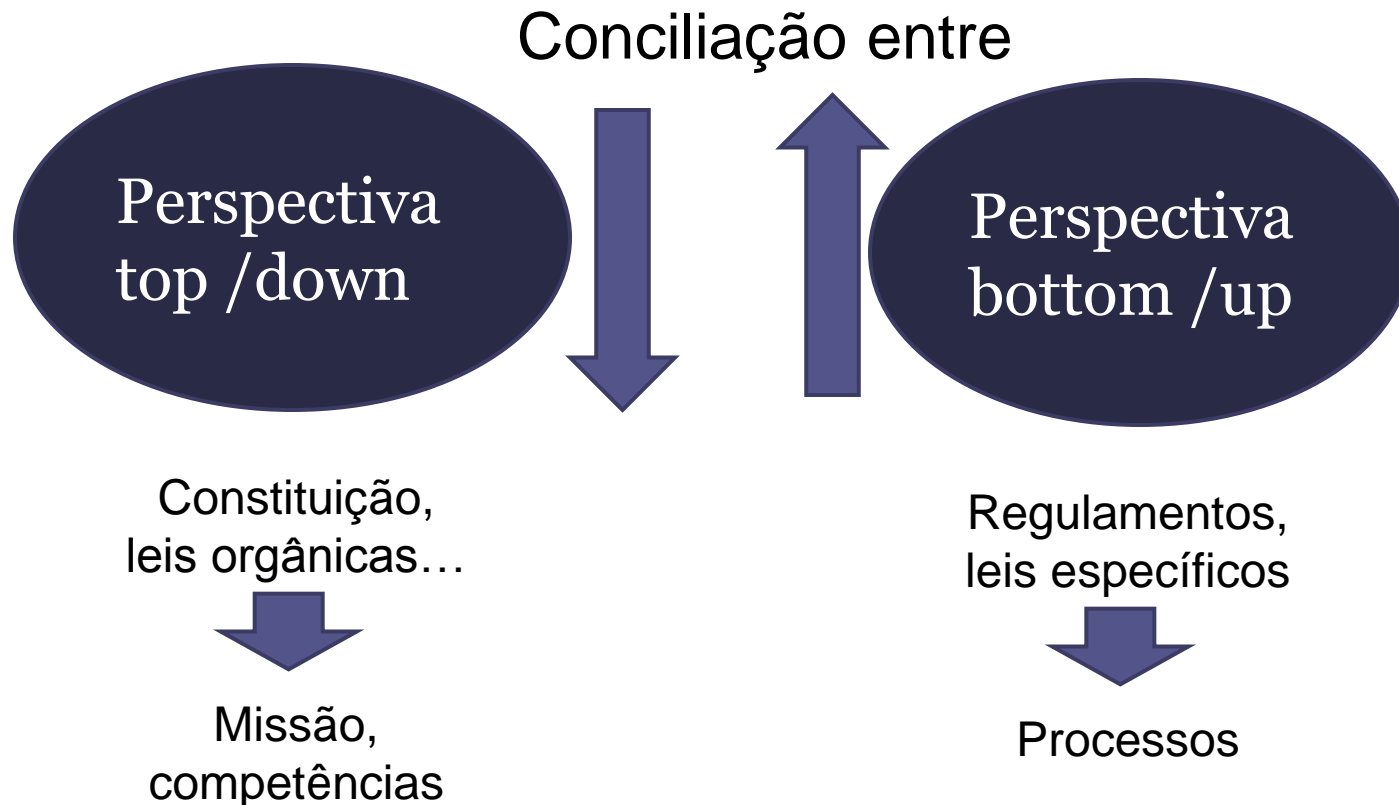
- Código, título (nome) e descrição do conceito
- Notas de aplicação e notas de exclusão

2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

2ª Fase: Principais constrangimentos – recolha de informação

Como garantir a cobertura do universo ACE?

Processo de identificação de funções



2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

2ª Fase: Principais constrangimentos – recolha de informação

Como garantir a cobertura do universo ACE?

Processo de identificação de funções

1. *Inputs* decorrentes de adesões voluntárias

Abordagem MET: PCM, MAI, MF,

Abordagem MEF: MAOT, ME

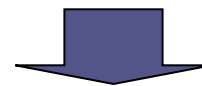
2. *Trabalho da Equipa técnica de gestão da MEF*

Recolha de informação a partir de leis orgânicas, legislação específica, sítios web...

Colaboração pontual de pessoas singulares externas ao projecto, capazes de projectar uma visão macro sobre o negócio específico.



Imperativo de aquisição de conhecimentos sobre o conjunto dos processos da ACE



Contratação de serviços para identificação e caracterização dos processos da ACE

2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

2ª Fase: Principais constrangimentos – recolha de informação

Como garantir a cobertura do universo ACE?

Identificação e caracterização dos processos da ACE

Modelo conceptual

Funções
(o quê)

Agentes
(quem)

Objectos
(sobre)

Contextos
(onde)

Processos
(como)

Sub-processos

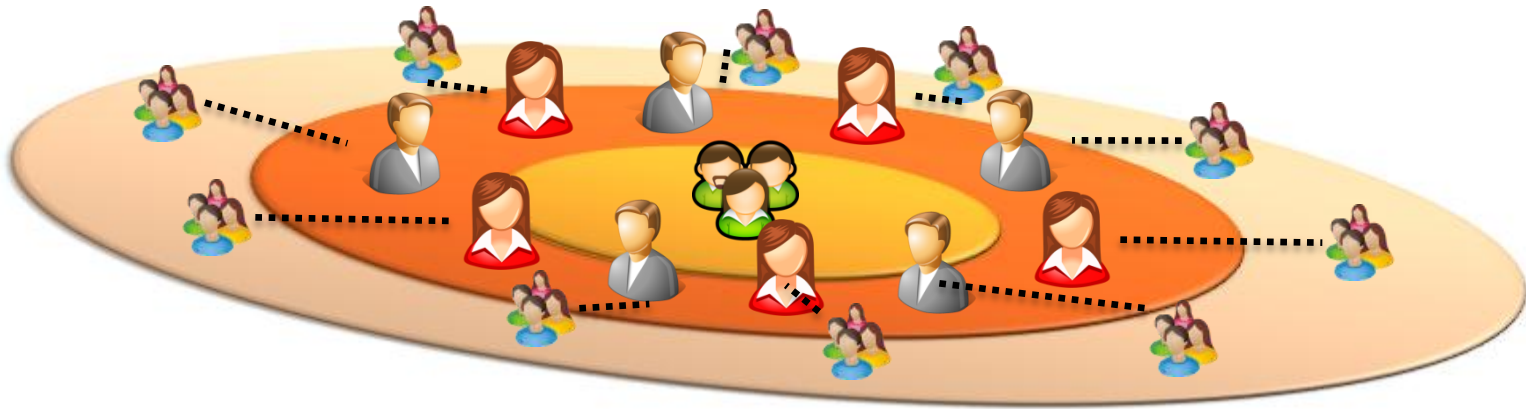
Actividades

Informação

2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

Identificação e caracterização dos processos da ACE

Implementação de modelo de trabalho colaborativo



Equipa técnica - Unisys com acompanhamento da DGARQ



Rede de interlocutores nomeados
Colaboradores nomeados pelos organismos



Rede de colaboradores chave
Colaboradores dos organismos com conhecimento profundo dos processos

- Convidados: **194** organismos
- Participação em sessões na DGARQ: **179** organismos
- Visitas: **90** organismos
- Participação de especialistas

2. A MEF: Antecedentes, princípios orientadores e estrutura

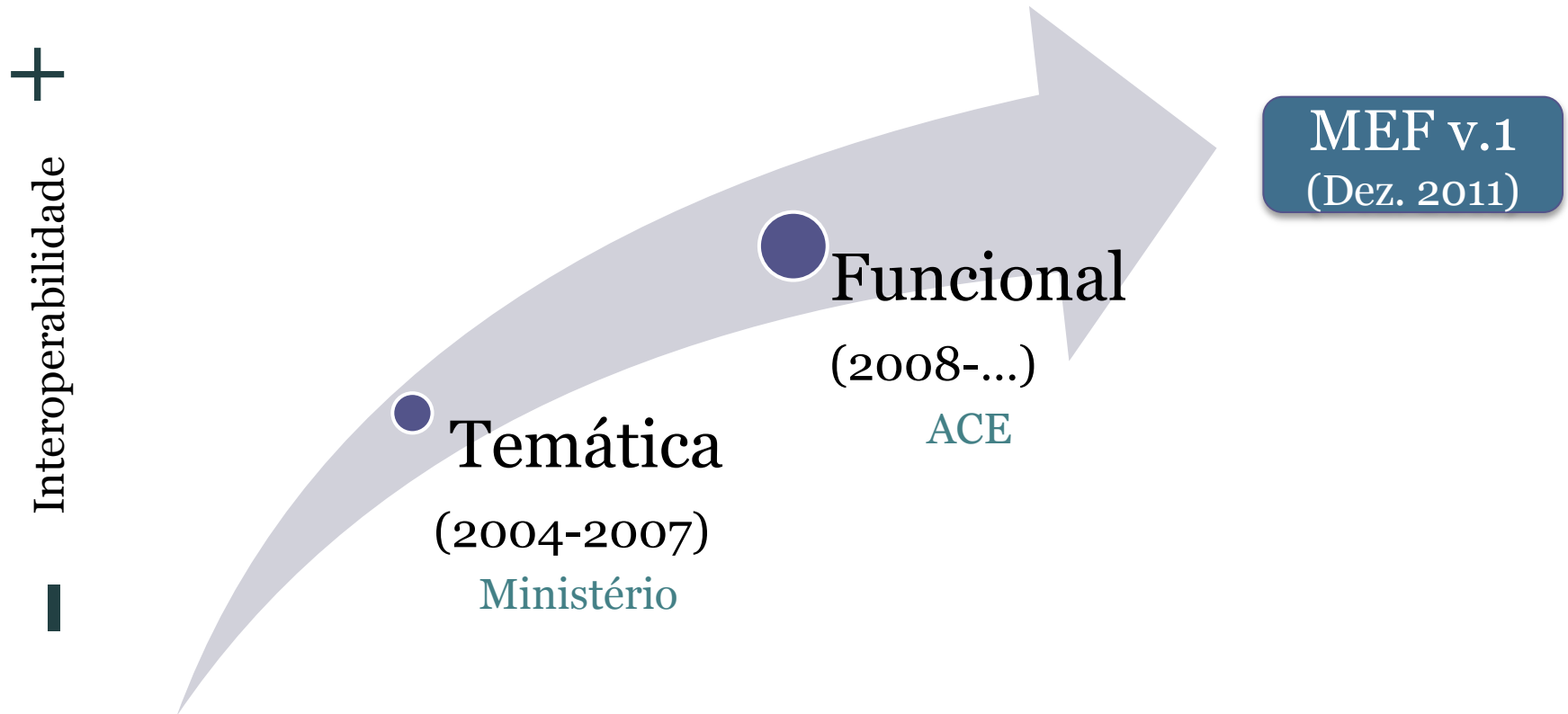
Identificação e caracterização dos processos da ACE

Implementação de modelo de trabalho colaborativo

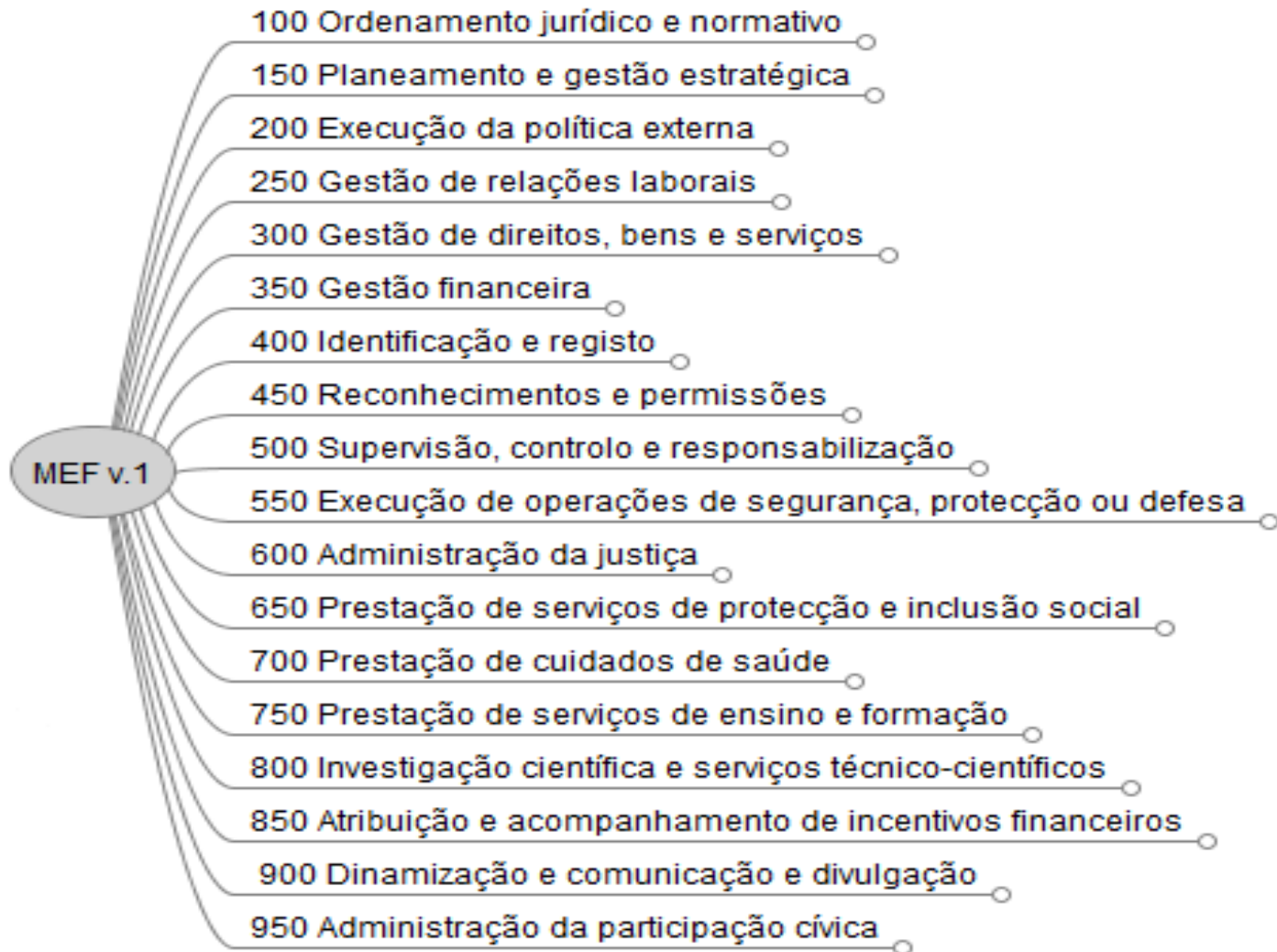
Participação dos organismos em sessões da DGARQ: 5 ciclos, 15 grupos:

- Grupo A: Secretarias-gerais;
- Grupo B: organismos de planeamento estratégico;
- Grupo C: organismos de supervisão e inspecção;
- Grupo D: organismos de regulação;
- Grupo E: organismos de gestão de recursos (não financeiros);
- Grupo F: organismos de gestão de recursos (financeiros);
- Grupo G: organismos de relações externas e da defesa;
- Grupo H: organismos de segurança e protecção civil.
- Grupo I: organismos de prestação de cuidados de saúde;
- Grupo J: organismos de protecção e inclusão social;
- Grupo K: organismos de ensino e formação;
- Grupo L: organismos de investigação científica e afins;
- Grupo M: organismos da área económica
- Grupo N: organismos da área do ambiente e agricultura
- Grupo O: restantes organismos convidados

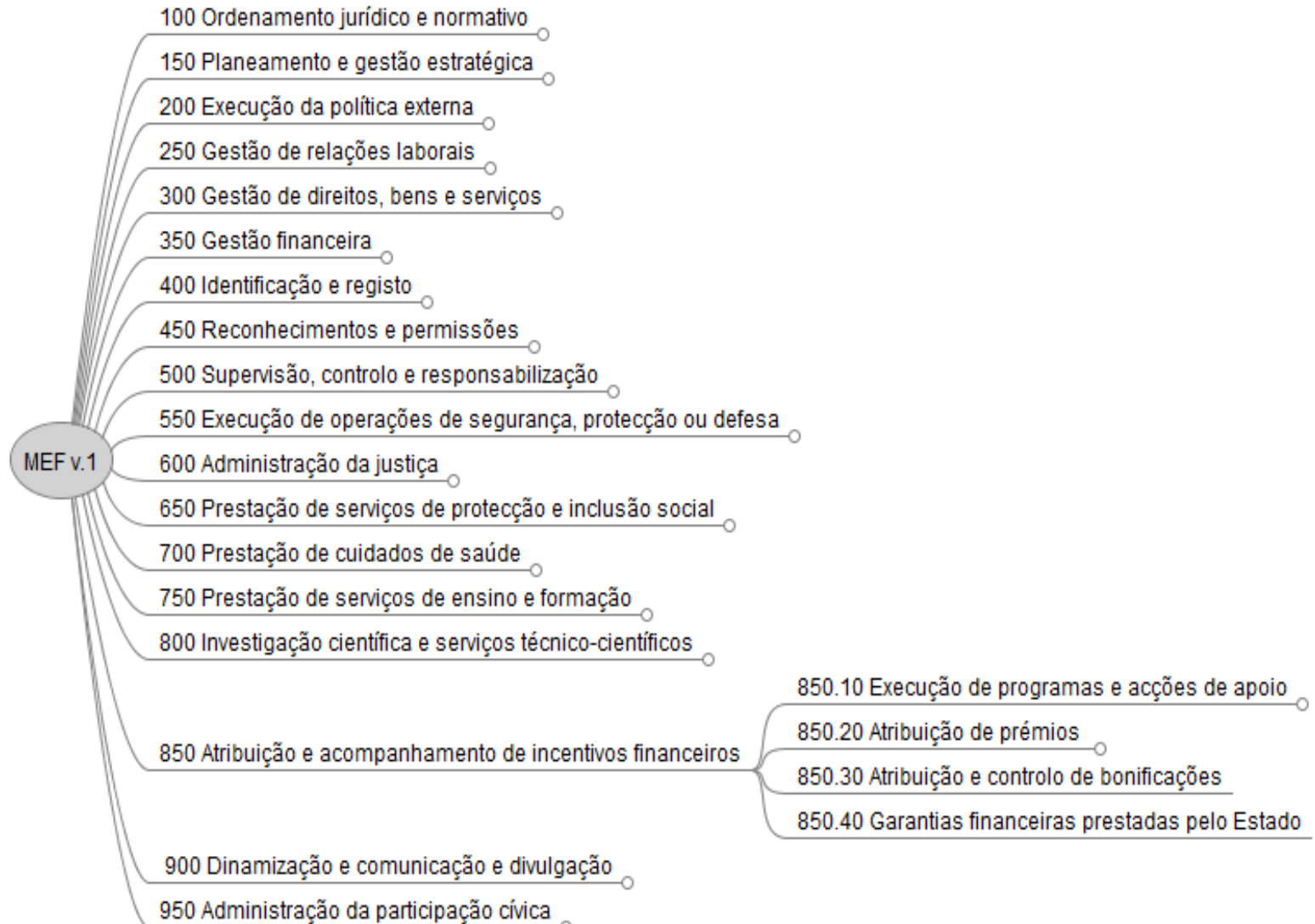
3. A construção da MEF: onde estamos?



Exemplo de uma forma de visualização



Exemplo de uma forma de visualização

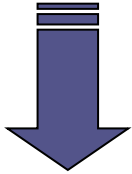


Código de classificação	Título	Descrição	Notas de aplicação	Notas de exclusão
850	ATRIBUIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE INCENTIVOS FINANCEIROS	Relativo à administração de fundos e programas de incentivo financeiro a pessoas, organismos ou projectos, tendo em vista o desenvolvimento global do país, de uma região ou de um sector de actividade.	Aplicável às entidades que efectuam a gestão de fundos ou programas, bem como às entidades beneficiárias e, ainda, às entidades que participam apenas na apreciação das candidaturas a apoios. Inclui apoios concedidos por entidades privadas a serviços públicos.	A concessão de apoios de carácter social (prestações sociais, rendimento social de inserção, bolsa de estudo, etc.) deve ser considerada em "Prestação de serviços de protecção e inclusão social/ Atribuição de prestações sociais e auxílios económicos" (650.10).

4. Perspectivas de utilização e desenvolvimento

MEF v.1

- 1º nível: Representação das funções da ACE para efeitos de organização da documentação/informação
- 2º nível: Representação das subfunções da ACE para efeitos de organização da documentação/informação



Planos de classificação

- 3º nível: séries documentais
 - Processos de negócio (abordagem funcional) ou
 - Processos documentais (processos e colecções)

4. Perspectivas de utilização e desenvolvimento

Adesão voluntária (baseada nos benefícios de aplicação):

1. Economia de escala;
2. Redução de eventuais impactos decorrentes da mobilidade de recursos humanos na Administração e de reajustamentos estruturais;
3. Agilização da comunicação horizontal e vertical;
4. Transparência e acessibilidade à informação;
5. Melhor definição de privilégios de acesso e segurança;
6. Possibilidade de desenvolvimento de instrumentos de gestão de documentos passíveis de aplicação transversal.

4. Perspectivas de utilização e desenvolvimento

- Integração numa **RCM** (trabalho em curso no âmbito da Rede Interministerial para as TIC da AMA, Grupo de Trabalho para a Gestão de documentos na Administração Pública) com **requisitos obrigatórios** para:
 - **qualificação** dos sistemas de arquivo/SEGA's da ACE
 - **candidaturas** a programas de modernização administrativa
- Alargamento da utilização do instrumento à **Administração Local**:
 - plano de classificação transversal (projecto em curso com a participação de alguns municípios)
 - revisão da Portaria de Gestão de Documentos n.º 1243/09

4. Perspectivas de utilização e desenvolvimento

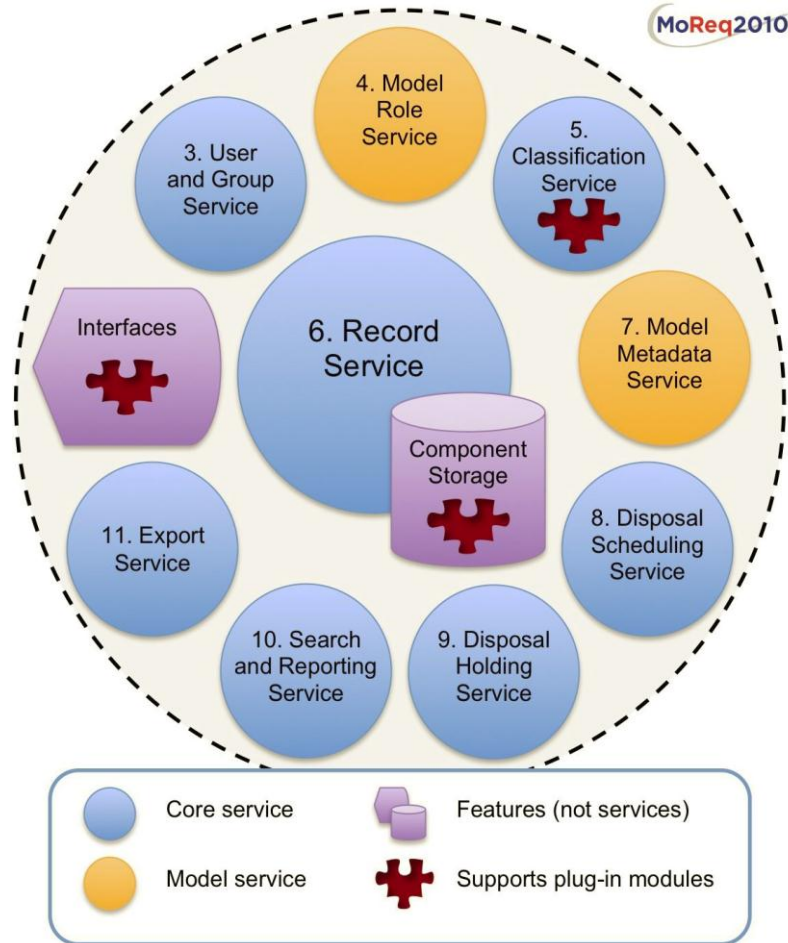


Figure 2a – A MoReq2010® compliant records system (MCRS) seen as a grouping of interrelated services with a service based architecture (each core service has its own numbered section of the specification)

4. Perspectivas de utilização e desenvolvimento

- **Divulgação, formação e apoio técnico.**
- **Produtos complementares:**
 - Índice remissivo,
 - Glossário,
 - Mapeamento orgânico-funcional,
 - Lista de termos para domínios de intervenção.

1. Facilitar a adesão ao produto
2. Auxiliar o reconhecimento, na MEF, de processos e de missões específicas dos organismos
3. Auxiliar uma correcta interpretação e aplicação

Macroestrutura Funcional

A MEF não é a realidade,
é uma representação
aceitável pelas partes como a melhor possível
num contexto determinado e
para uma determinada finalidade.

UM COMPROMISSO

ideias finais

- A MEF assume-se como um instrumento fundamental para a construção da interoperabilidade semântica na AP e para a prestação de melhores serviços ao cidadão, potenciando a (re)utilização da informação;
- A MEF pode representar um contributo inestimável para uma maior eficiência e economia de recursos na gestão da informação e constituir uma ajuda na diminuição da despesa pública.

Contactos

Para formalizar a adesão ao programa
“Governo electrónico e interoperabilidade”
ou para obter mais informações sobre a
“Macroestrutura funcional”

dsaat@dgarrq.gov.pt

<http://dgarrq.gov.pt>